

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT36 - Trabalho, ação coletiva e identidades sociais

**A organização sindical dos trabalhadores rurais durante o governo
Lula: os canavieiros de Cosmópolis/SP**

ELLEN GALLERANI CORRÊA
Mestranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP)

Caxambu - MG

24 a 28 de outubro de 2011

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo discutir os reflexos, na organização sindical dos trabalhadores canavieiros, das iniciativas do governo Lula para expandir o agronegócio no Brasil, sendo essa uma das principais diretrizes da política agrícola naquele período. Tais iniciativas se traduziram em políticas de incentivo econômico ao setor sucroalcooleiro e de tentativas de regulamentação das relações de trabalho rurais no setor.

A ação coletiva e a condições de trabalho dos trabalhadores assalariados rurais foram tema de muitas pesquisas ao longo das décadas de 1970 e 1980. O interesse pelo estudo destes trabalhadores estava relacionado, por um lado, ao processo de grande expansão do assalariamento temporário na agricultura brasileira a partir dos anos 60 e, por outro, ao período de grande intensidade de lutas destes trabalhadores por melhoria em suas condições de trabalho a partir de meados dos anos 80, cujo marco de referência é o movimento grevista de Guariba, realizado no ano de 1984 pelos trabalhadores canavieiros da região de Ribeirão Preto.

Na década de 90, em função da conjuntura política e econômica nacional e internacional, as usinas paulistas passaram por um processo de reestruturação produtiva que se baseou na adoção de novas tecnologias e de novas formas de gestão da força de trabalho, visando alcançar maior produtividade com diminuição de custos. A partir de então, observou-se um processo acelerado de mecanização nas usinas, sobretudo na fase de colheita da cana-de-açúcar, período de maior demanda por trabalhadores rurais. Este processo teve como consequência uma acentuada diminuição dos postos de trabalho no corte manual da cana e, ao mesmo tempo, intensificou o ritmo de trabalho dos trabalhadores remanescentes.

Diante da considerável perda no número de filiados e da diminuição da sua capacidade de pressão sobre as usinas, os sindicatos de empregados rurais passaram a adotar uma estratégia defensiva, voltada para a manutenção dos empregos. Assim, as ações de muitas entidades sindicais se inclinaram, entre outras, para o oferecimento de cursos de qualificação aos trabalhadores, por meio da utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de assessoria jurídica e reivindicação de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) (Milano, 2010).

No governo Lula, o setor sucroalcooleiro se torna uma área estratégica de investimento nacional. Com o objetivo de incentivar a produção de agrocombustíveis, sobretudo para o mercado externo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passa a oferecer linhas de financiamento para a implantação, expansão e modernização das unidades produtivas agropecuárias. O foco do governo é a produção de etanol, cujo principal produtor mundial é o Brasil. Dessa forma, a disponibilidade de crédito combinada com a exigência de terminar com as queimadas nos canaviais resultaram em um novo estímulo à mecanização da colheita da cana, o que tem aumentado ainda mais o desemprego dos trabalhadores do corte manual.

Na cidade de Cosmópolis, a introdução de máquinas na fase da colheita ocorreu ao longo de toda a década de 2000. Entretanto, nos últimos anos, este processo se intensificou. As velhas máquinas foram substituídas por novas com maior capacidade de produção. Além da usina, com o acesso ao crédito, os fornecedores de cana também passaram a ter condições de mecanizar seus canaviais. Apesar de certa imprecisão nos dados, em virtude das informações fornecidas pelo sindicato e pela usina não coincidirem por completo, através da pesquisa de campo, constatamos que em um período de quatro anos, o número de trabalhadores empregados na colheita da cana foi reduzido pela metade na cidade. Na safra de 2007, a usina empregou cerca de 1.200 trabalhadores. Já na safra de 2010, este número caiu para 600 empregados.

Ao mesmo tempo em que o setor experimenta um processo de modernização de sua produção, as relações de trabalho no campo ainda se estruturam em torno de práticas arcaicas de organização do trabalho, como o salário por produção. Além disso, a agroindústria canavieira se tornou alvo frequente de denúncias de trabalho escravo, degradante e precário. Com o objetivo de regulamentar as relações de trabalho rurais e consolidar “boas práticas” para o setor, o governo iniciou em 2008 a “Mesa de Diálogo para Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Agricultura”, cuja composição era formada por representantes dos trabalhadores, do governo e do patronato. As discussões deste espaço tripartite culminaram, em 2009, na assinatura do acordo de livre adesão denominado “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”. As cláusulas do compromisso referem-se aos temas do respeito aos direitos trabalhistas, saúde e segurança no trabalho, alimentação, produção e remuneração dos trabalhadores. Vale lembrar que todas as medidas abordadas no compromisso já estavam presentes na pauta de reivindicações dos trabalhadores há muito

tempo, sendo que muitas delas, como a transparência na aferição da produção no corte da cana, constituem-se como demandas históricas desta categoria.

Diante do exposto, temos como hipótese que, apesar do discurso voltado para a regulamentação das relações de trabalho rurais na agroindústria canavieira com o objetivo de garantir melhorias nas condições de trabalho e o cumprimento dos direitos trabalhistas dos cortadores de cana, a política do governo Lula, de incentivo à expansão do agronegócio, impactou negativamente a organização sindical destes trabalhadores. Com o aumento da mecanização somado a inexistência de uma política de emprego específica para esta categoria, os trabalhadores e sindicatos perderam consideravelmente o seu poder de negociação com o patronato. Desta forma, apesar das afirmações de que a expansão do agronegócio, a modernização de suas unidades produtivas e o aumento de sua produção, beneficiariam todos os trabalhadores da cadeia produtiva, podemos constatar que aqueles trabalhadores que se encontram na base se deparam com o aumento do desemprego e a deterioração de sua capacidade de organização sindical.

De acordo com dados de nossa pesquisa de campo junto Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis (SER - Cosmópolis), nas negociações para o acordo coletivo da safra de 2010 a orientação do sindicato aos trabalhadores foi a de manter uma postura defensiva com o objetivo de garantir pelo menos o que já havia sido conquistado até então. Nesta safra de 2011, o sindicato, em busca de alternativas para recuperar, em parte, seu poder de negociação, apostou na representação dos novos trabalhadores contratados com aumento da mecanização: tratoristas, operadores de máquinas e motoristas.

Escolhemos os trabalhadores e o sindicato de Cosmópolis pela recente visibilidade dada a este sindicato por pesquisadores interessados no estudo do sistema de controle da produção do corte da cana criado pelos trabalhadores da cidade em conjunto com o sindicato, sendo a usina de Cosmópolis a única no Brasil a utilizar o modelo de *Quadra Fechada* para a aferição da produção dos cortadores de cana, o qual tem como objetivo impedir fraudes pela usina no pagamento dos salários dos trabalhadores. A implantação deste sistema foi resultado da organização e mobilização sindical dos trabalhadores e, até o presente momento, consiste na principal conquista de sua atividade sindical. Assim, consideramos que o processo de luta e negociação que resultou na implantação do sistema *Quadra Fechada* seria um ponto de referência importante para analisarmos a trajetória de luta destes trabalhadores, procurando evidenciar como, ao

longo do tempo e em função das transformações sofridas pela usina no sentido de sua modernização e expansão de sua produção, alteraram as condições para a ação sindical dos canavieiros, apontando para o aumento das dificuldades para tal ação.

Nossa metodologia consiste na realização de revisão bibliográfica sobre os temas do agronegócio e do sindicalismo no período do governo Lula, da agroindústria canavieira, do sindicalismo rural e do trabalho assalariado no campo. Também contamos com a realização de pesquisa de campo na cidade de Cosmópolis a partir de entrevistas com trabalhadores rurais, lideranças sindicais e funcionários da usina e de um trabalho de observação da rotina de funcionamento do sindicato, de reuniões, assembléias e encontros promovidos pelo sindicato junto aos trabalhadores.

2. Desenvolvimento da agroindústria canavieira na região Centro-Sul

A agricultura cafeeira do Estado de São Paulo foi profundamente afetada pela crise de 1929, a qual promoveu uma retração da cultura e a quebra de inúmeros produtores. Assim, a partir de 1930, nas antigas áreas ocupadas pelo café, passa a ser cultivada a cana-de-açúcar, iniciando uma nova fase do setor canavieiro na região. No período do pós-guerra, o país assistiu à consolidação da mudança de hegemonia do setor canavieiro do Nordeste para o Centro-Sul. Esta mudança ocorreu em virtude da reunião de condições privilegiadas nesta região, a saber: maior capacidade financeira dos produtores do Sul, principalmente os de São Paulo; existência de um parque industrial moderno com eficientes instalações; mercado em posição vantajosa; e condições agrícolas melhores do que no Nordeste.

De acordo com Ricci (1999), a região Sudeste do Brasil, entre os anos de 1965 e 1980, presenciou o declínio das fazendas de café, bem como de seu sistema de colonato, e a emergência de diversos pólos de produção agroindustrial, principalmente da agroindústria canavieira, voltados para a exportação. Segundo o autor, estes pólos passaram a funcionar como um mercado de trabalho com dinâmica própria, o qual se caracterizava pela absorção de trabalhadores expropriados ou com pouca terra e não qualificados tecnicamente durante algumas etapas do processo produtivo, em especial a colheita.

Segundo Alves et al. (1994), a partir do processo de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, cuja sustentação se deu através da política estatal de concessão de crédito subsidiado para ramos específicos do setor agrícola, o Estado de São Paulo foi

aquele que constituiu mais sólida e rapidamente o complexo agroindustrial sucroalcooleiro, além de ter se tornado o principal produtor de açúcar e álcool do país. A constituição de um complexo agroindustrial completo, com a instalação de um departamento produtor de bens de capital para o próprio setor sucroalcooleiro no estado, possibilitou a elevação do ritmo de incorporação do progresso técnico em São Paulo.

A utilização de novas variedades de cana mais produtivas foi a principal inovação biológica introduzida no setor sucroalcooleiro. Estas variedades, além de elevar o rendimento de sacarose por hectare de cana plantada, permitiram que o tempo de colheita da cana-de-açúcar fosse estendido, fazendo com que as unidades industriais se mantivessem em funcionamento por mais tempo. No que tange às inovações físico-químicas, tem-se a prática da fertirrigação por meio da utilização da vinhaça ou vinhoto, um subproduto da cana extremamente poluente que, até a década de 70, não era aproveitado, sendo descartado nos rios. Além disso, passou-se a utilizar herbicidas ao invés das carpas manuais ou mecânicas. Por fim, teve-se a introdução de inovações mecânicas, sendo estas aquelas que mais provocaram mudanças na configuração da força de trabalho ocupada nos canaviais. Tais inovações ocorreram a partir da mecanização (utilização de arados e tratores) de determinadas fases do processo produtivo da cana-de-açúcar, principalmente a de preparo do solo e plantio (Alves et al., 1994).

Para Coletti (1998), a utilização de insumos industriais e a introdução de máquinas apenas em determinadas fases do processo produtivo agrícola aumentaram a sazonalidade da demanda por força de trabalho. A mecanização das fases de preparo do solo e plantio reduziu a força de trabalho ocupada nestas atividades, aumentando, entretanto, a demanda nos períodos de colheita, o que permitiu, principalmente no Estado de São Paulo, a expansão do assalariamento temporário.

Em 1975, com a criação do Proálcool, os incentivos concedidos ao setor canavieiro permitiram tanto a ampliação da área plantada com cana-de-açúcar como um aumento da produtividade do solo e do rendimento industrial da matéria-prima. A incorporação do progresso técnico foi determinante para a realização de tais mudanças na produção sucroalcooleira. Os efeitos do Proálcool podem ser muito bem observados na região de Ribeirão Preto, localizada no interior paulista. Segundo Coletti (1998), o dinheiro farto e barato oferecido pelo Estado através do programa fez com que dobrasse o número de destilarias destinadas à fabricação de álcool e possibilitasse o avanço dos canaviais sobre as áreas ocupadas com pecuária e outras culturas agrícolas.

Souza e Landim, em um estudo do município de Dumont, localizado na região de Ribeirão Preto, apoiados nos dados dos Censos Agropecuários de 1960-1980, constataram a existência de uma estreita relação entre o Proálcool, a expansão da cultura da cana-de-açúcar, a concentração da terra e a redução da produção de alimentos para o consumo interno. Para os autores, o cultivo da cana-de-açúcar em substituição às culturas alimentares e ao cultivo do café e do algodão no município inviabilizou a pequena produção e consolidou o domínio das usinas e da grande propriedade sobre a produção agrícola de Dumont (Souza e Landim, 1991¹ apud Coletti, 1998: 41).

Assim, durante as décadas de 60 e 70, a expansão da atividade canavieira se deu, sobretudo, através da área plantada com cana, o que resultou em um processo de modernização (incorporação de novas tecnologias) parcial do setor. Neste momento, houve a mecanização do preparo do solo e a adoção do plantio semimecanizado. O corte da cana permaneceu manual até o final da década de 80, empregando nesta atividade um grande contingente de trabalhadores, os quais, em sua maioria, haviam sido expulsos das regiões ocupadas com agricultura familiar (Alves, 2007). Em resposta às greves de assalariados rurais em meados dos anos 80, no final desta década, o processo de mecanização do corte da cana tomou força, sobretudo nas usinas localizadas na região de Ribeirão Preto. Por meio da mecanização, os usineiros pretendiam minar o poder de barganha dos trabalhadores e suas entidades sindicais.

Se, historicamente, o Estado brasileiro regulou as relações de produção no setor canavieiro e disponibilizou incentivos fiscais para o seu desenvolvimento (Tavares, 2009), a partir da década de 1990, este cenário se modifica. Neste momento, iniciam-se no Brasil as políticas neoliberais, implementadas pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, que têm como características principais a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a desregulamentação do mercado de trabalho, as privatizações e os cortes nos gastos sociais (Boito, 1999).

Impulsionado pelos imperativos neoliberais e pela crise fiscal que impossibilitou a continuidade da política de concessão de crédito ao setor canavieiro, o Estado promoveu a sua desregulamentação parcial. Segundo Alves (2007), as políticas de abertura comercial e desregulamentação, combinadas com a queda dos preços

¹ SOUSA, Argemiro O.; LANDIM, José R. M. "Monopólio canavieiro e produção de alimentos". *Perspectivas*. São Paulo, v.14, 1991.

internacionais do açúcar e a queda na demanda interna de álcool, levaram o setor sucroalcooleiro a uma crise sem precedentes, que se prolongou por toda a década de 1990. Antes da desregulamentação, o preço da tonelada de cana, do açúcar e do álcool era fixado pelo Estado e, para tal, considerava-se o custo médio de produção do conjunto das unidades produtivas espalhadas em todo território nacional e não o preço dos produtos no mercado.

Em virtude dos preços controlados e acima dos custos médios, não havia a necessidade de as usinas competirem para sobreviver. Algumas usinas, por exemplo, se beneficiavam por operarem com custos de produção abaixo dos custos médios, o que lhes garantia lucros também acima dos lucros médios. Após a desregulamentação, os preços da tonelada da cana e de seus produtos derivados passaram a oscilar livremente no mercado e o lucro das usinas passou a depender da capacidade de cada uma em produzir a custos baixos e de gestão interna dos negócios (Alves, 2007).

Como resposta às exigências deste novo cenário, iniciou-se um processo de reestruturação do setor com vistas, sobretudo, a otimizar o processo produtivo. Como aponta Scopinho (2004):

“Tradicionalmente subsidiadas e protegidas pelo Estado desde os tempos do Brasil colonial, essas empresas intensificaram o processo de reestruturação produtiva a partir de meados da década de 1980, quando, em decorrência das mudanças no cenário político e econômico nacional e internacional, iniciou-se a desregulamentação da economia sucroalcooleira. A partir de então, a reestruturação do setor passou a ser orientada, principalmente pelas demandas do mercado externo e comandada pela introdução de tecnologias de produção poupadoras de força de trabalho e de outros métodos de gestão empresarial inspirados no modelo da qualidade total” (Scopinho, 2004: 2).

A reestruturação do setor foi orientada, portanto, pela redução dos custos de produção, procurando colocar em prática o paradigma da produção enxuta. De acordo com Alves (2007), as principais alterações implantadas foram: mecanização do plantio e do corte da cana crua; aumento da produtividade do trabalho com redução do número de trabalhadores empregados; aumento da produtividade agrícola; mudanças na forma de gestão da força de trabalho, voltadas ao pagamento por resultado. Com relação, especificamente, à parte agrícola das usinas, ocorreram mudanças na logística de transferência de insumos e matérias-primas às usinas, terceirização das atividades e aumento da produtividade do corte manual da cana.

A partir de 2002, a agroindústria canvieira entrou em uma nova fase de crescimento, sobretudo devido ao interesse do mercado externo na produção de etanol. Os debates sobre os impactos ambientais causados pelos combustíveis derivados de petróleo e o caráter finito desta fonte de energia engendraram um contexto político favorável à expansão do setor, a qual é viabilizada, sobretudo, pelos incentivos econômicos oferecidos pelo governo brasileiro.

Diferentemente do que ocorreu no período do Proálcool na década de 1970, em que havia a concessão de subsídios diretos e exclusivos ao setor sucroalcooleiro, neste novo momento, grande parte dos investimentos provém de recursos oriundos do BNDES e possuem taxas de juros inferiores daquelas praticadas no mercado, bem como prazo de carência diferenciado. Os recursos do BNDES são captados em várias fontes – a principal delas é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – e também estão disponíveis para outros setores da economia (Alves, 2007). A disponibilidade de recursos aliada à pressão ambiental pelo fim das queimadas acelerou, ao longo da década de 2000, a mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Com isso, muitos foram os postos de trabalho cortados ao longo dos últimos anos, sobretudo no período safra, momento em que havia maior demanda por contratações.

3. O papel do BNDES na expansão do setor sucroalcooleiro

De acordo com Boito (2006), o governo Lula alterou as relações do Estado brasileiro com a burguesia, na medida em que melhorou a posição da grande burguesia industrial e agrária no interior do bloco no poder². Tal mudança pôde ser observada na política de exportação que propiciou saldos positivos crescentes na balança comercial do país. Uma das principais características desta política é que ela esteve centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica.

No que se refere ao agronegócio, o setor sucroalcooleiro adquiriu posição central, uma vez que a grande aposta deste governo foi tornar o etanol de cana-de-açúcar o substituto dos combustíveis fósseis. Para tanto, ao BNDES foi entregue a tarefa de viabilizar a expansão da produção do etanol no Brasil (IBASE – Plataforma BNDES, 2008). De acordo com dados fornecidos pela instituição, no último triênio da década de

² O conceito de bloco no poder utilizado por Boito (2006) foi desenvolvido por Nicos Poulantzas (1968) e designa a unidade contraditória da burguesia organizada como classe dominante.

2000, os desembolsos do Banco para o setor sucroenergético alcançaram a cifra de R\$ 20,5 bilhões de reais, o que equivale a mais de 5% do desembolso global do Banco no mesmo período, sendo que essa participação já chegou ao pico histórico de 7% em 2008. Neste último, os desembolsos somaram 6,49 bilhões; em 2009, 6,39 bilhões e em 2010 chegaram a 7,57 bilhões (BNDES, 2011).

Segundo publicação do Banco, o maior crescimento da produção de etanol em relação à produção açucareira entre as safras de 2003/2004 e 2007/2008 evidencia o papel preponderante do etanol como motivador principal da expansão do setor sucroalcooleiro na última década. Este crescimento foi puxado pelo aumento no consumo doméstico de etanol no curto prazo e das exportações no médio prazo, o que resultou na elevação da participação do Banco neste processo de expansão do setor.

“Tal crescimento naturalmente exigiu aumento correspondente de investimentos na ampliação do parque fabril do setor, tanto na parte agrícola como na industrial. Essa expansão produtiva, conseqüentemente, implicou incremento na demanda por recursos para investimento, e o BNDES, por ser a principal fonte de empréstimo de longo prazo, teve papel relevante como financiador desse processo, conforme evidenciado pelo aumento dos desembolsos do Banco para projetos sucroalcooleiros” (BNDES, 2008: 7).

Como podemos perceber, portanto, o BNDES atua como financiador desta nova fase de expansão da agroindústria, que se apóia, sobretudo, na produção de etanol. Com relação à usina Ester, segundo entrevista com a coordenadora da gestão da informação da usina, os recursos oriundos do Banco permitiram à empresa consolidar o seu projeto de produção de energia a partir do bagaço de cana, também chamado de projeto de cogeração. Através dele, a usina adquiriu uma nova caldeira, com maior capacidade de geração de energia, um centro de controle e um novo gerador. A nova caldeira passou a funcionar na safra de 2008 e, além da energia utilizada no funcionamento da parte industrial da usina, também permitiu a produção de energia excedente, que é vendida para Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) (Usina Ester, 2009). Segundo dados do BNDES, o projeto de cogeração da usina Ester contou com um desembolso da instituição de R\$ 73.769.408,00³.

³ BNDES. **Contratações da área de infra-estrutura (operações diretas)**. Período: 01/01/2008 a 31/12/2008. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/setorprivado.html. Acessado em: 13/abr./2011.

Além do projeto de cogeração, a usina Ester também utiliza os recursos do Banco para a compra de maquinário agrícola, sobretudo aquele utilizado na mecanização da colheita da cana⁴. Quando realizamos nossa primeira pesquisa de iniciação científica com os trabalhadores de Cosmópolis, em 2007, a usina Ester empregava, na safra, cerca de 1.200 trabalhadores rurais, sendo que metade deste contingente era trabalhadores efetivos da usina e a outra metade era trabalhadores temporários contratados através de empresas terceirizadas apenas para a fase de colheita. Naquele ano, a usina possuía apenas 25% do corte mecanizado e contava com cinco máquinas colheitadeiras. Em um período de 4 anos, a relação entre corte manual e mecanizado se inverteu. Segundo informações da coordenadora da gestão da informação da usina, nesta safra de 2011, a usina possui 75% do corte mecanizado, o qual é realizado por 11 máquinas. O número de trabalhadores rurais que estão trabalhando na safra deste ano foi reduzido para 600, sendo 500 trabalhadores efetivos e 100 contratados apenas para fazer a safra.

Como podemos ver, o número de trabalhadores empregados no corte da cana sofreu uma drástica redução em um curto espaço de tempo. O medo do desemprego com o qual os trabalhadores remanescentes passaram a conviver, bem como a redução, pela metade, da categoria diminuiu o poder de barganha dos trabalhadores e de seu sindicato nas negociações com a usina. Além disso, como veremos adiante, segundo informações colhidas nos relatos dos trabalhadores, a intensificação da mecanização resultou em uma piora nas condições de trabalho nas últimas duas safras.

4. Intensificação da mecanização da colheita da cana-de-açúcar e condições de trabalho rurais

Os trabalhadores empregados no corte da cana-de-açúcar na cidade de Cosmópolis, bem como em toda a região canavieira do Estado de São Paulo, são, em sua maioria, migrantes⁵ e ex-migrantes das regiões mais pobres do país, como Nordeste e norte de Minas Gerais. Todos os anos, aqueles que ainda migram, se deslocam de suas regiões de origem para trabalhar na safra da cana que dura, em média, de 6 a 10 meses. Durante este período, os migrantes residem nos alojamentos coletivos das usinas ou em casas e pensões das “cidades-dormitórios” próximas aos canaviais.

⁴ De acordo com a coordenadora da gestão da informação da usina Ester, a empresa é beneficiária da linha “BNDES Finame”.

⁵ Uma análise detalhada da migração de camponeses pode ser encontrada em Silva (1999) e Menezes (2002).

O trabalho assalariado no corte da cana tem como função complementar a renda proveniente das pequenas produções insuficientes dos migrantes que são, na grande maioria dos casos, camponeses com terra, pequenos parceiros, pequenos arrendatários ou meeiros. Ao analisar os migrantes do Vale do Jequitinhonha, região norte de Minas Gerais, Silva nos dá a seguinte definição: “São proprietários de uma ínfima parcela de terra, plantam para a subsistência, comercializam os excedentes, quando os possuem, nas feiras locais (...)” (Silva, 1990: 07).

Desta forma, estamos diante de um grupo de trabalhadores que combina o trabalho no pequeno lote agrícola, próprio ou arrendado, com o assalariamento temporário, dedicando muito mais tempo a este último do que ao primeiro. De acordo com Martins (1988), as migrações temporárias têm como objetivo assegurar a permanência do pequeno mundo camponês que não consegue mais sobreviver apenas através da unidade familiar de produção. No entanto, o autor salienta que a migração temporária de camponeses deixa marcas permanentes em seu mundo de origem, na medida em que produz o seu desenraizamento e altera o arranjo das relações sociais. Um exemplo dessa alteração é o aumento da necessidade de se mobilizar mulheres e crianças como força de trabalho para o cultivo das pequenas lavouras, já que a grande maioria dos migrantes é formada por homens.

Em um estudo sobre a migração de trabalhadores rurais do Estado da Paraíba para as usinas de açúcar e álcool de São Paulo, Menezes e Saturnino (2007) afirmam que a causa da migração temporária de camponeses pode ser encontrada quando observadas as condições objetivas presentes nas regiões de origem: ausência de oportunidades de emprego e renda somados aos problemas enfrentados pelos pequenos agricultores – dificuldades de acesso à terra, impossibilidade de investimentos e os constantes períodos de seca.

Em virtude das precárias condições em que vive, o trabalhador migrante e também aquele que já deixou de migrar e estabeleceu residência nas “cidades-dormitório”, quando se assalaria no corte da cana, tem como objetivo ganhar a maior quantidade de dinheiro possível, já que, muitas vezes, o trabalho na safra é a sua principal fonte de renda, a qual irá garantir a subsistência de sua família durante todo o ano. Esta característica da força de trabalho migrante e ex-migrante se casa perfeitamente com os objetivos perseguidos pelas usinas. Em busca da constante elevação das taxas de

produtividade, as usinas encontram nestes trabalhadores o perfil desejado do cortador de cana.

De acordo com estudiosos desta temática, a preferência por estes trabalhadores deve-se a sua dedicação e eficiência no trabalho. A necessidade premente de emprego e renda faz com que se tornem mais tolerantes às precárias condições de trabalho existentes nos canaviais (desrespeito aos direitos trabalhistas, distorções nos valores do salário do trabalhador etc.), bem como sejam responsáveis pelos níveis cada vez mais elevados de produtividade no corte da cana (Menezes e Saturnino, 2007; Novaes, 2007).

Uma das principais características desta categoria é a sua segmentação quanto aos tipos de contrato de trabalho. Assim, temos os trabalhadores que possuem residência fixa nas regiões canavieiras e possuem contrato por tempo indeterminado com as usinas, os trabalhadores residentes temporários (contratados apenas pelo período da safra) e os trabalhadores migrantes temporários, que também trabalham apenas na safra.

Como já mencionado, em 2007, a usina Ester possuía em torno de 1.200 trabalhadores contratados na safra. Deste total, 600 eram trabalhadores temporários com contrato de trabalho por prazo determinado, o qual durava somente até o final da safra. De acordo com Boito (1999), na década de 1990, com a implementação de políticas neoliberais no Brasil, e também em demais países da América Latina, promoveu-se a desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro, cujo resultado foi a expansão da aplicabilidade do contrato de trabalho por tempo determinado e do contrato de trabalho em tempo parcial. Ainda segundo o autor, no Brasil, a desregulamentação das relações de trabalho se valeu, fundamentalmente, da prática ilegal do emprego sem carteira assinada.

No caso do trabalho no corte da cana, a inexistência do registro formal dos trabalhadores sempre foi uma constante. Arregimentados pelos chamados “gatos”, intermediários de mão-de-obra, os trabalhadores ficavam à margem dos direitos trabalhistas e parte de seus ganhos, de seus salários, era apropriada pelo “gato”. A função deste último estava ligada à posse do caminhão ou ônibus que transportava os trabalhadores e, em muitos casos, o empreiteiro acumulava as funções de agenciador e feitor, cujas atividades compreendiam as tarefas de intermediar a compra e a venda da força de trabalho, conduzir o caminhão ou ônibus e fiscalizar o trabalho (Silva, 1999).

A partir da década de 1990, os “gatos” se transformaram em empresas agenciadoras de força de trabalho. Como afirma Scopinho (2004), a subcontratação é um dos principais impactos negativos da reestruturação produtiva iniciada neste período,

uma vez que informalizou as relações contratuais e precarizou ainda mais as condições de realização do trabalho. Além disso, acrescenta a autora, dela também decorre uma série de outras irregularidades trabalhistas como: a execução de jornadas extensas; o não fornecimento de instrumentos de trabalho e equipamentos elementares; condições inseguras de transporte dos trabalhadores; fraudes no controle da produção; e ausência de medidas mínimas de proteção à saúde do trabalhador, como a não realização de exames médicos por exemplo.

O transporte irregular de trabalhadores é uma das várias faces das precárias condições de trabalho que encontram esses trabalhadores em seu cotidiano. Os ônibus que os levam para os locais de trabalho geralmente se encontram em péssimo estado de conservação, o que aumenta em muito o risco de acidentes. Muitos motoristas não possuem licença para a realização de transporte coletivo ou então estão com a mesma vencida. Além disso, não há um local adequado nos veículos para o armazenamento das ferramentas de trabalho (facões, enxadas), estas ficam soltas e muito próximas aos trabalhadores, o que também pode provocar graves acidentes.

As irregularidades acima elencadas foram também encontradas em Cosmópolis no momento de nossa pesquisa em 2007, acrescentamos a elas às péssimas condições de moradia a que eram submetidos os trabalhadores migrantes trazidos pelos empreiteiros para fazer a safra. Os trabalhadores costumavam ser aglomerados em espaços muito pequenos, onde não existiam condições mínimas para se viver. Em muitos casos, eram construções velhas, em más condições de conservação e com pouca ventilação. Dentre os principais problemas encontrados nos alojamentos estavam: trabalhadores dormindo no chão e próximos a botijões de gás, ausência de água potável, alimentos sendo armazenados junto com produtos de limpeza em função da falta de espaço, casas com fiação exposta e ausência de sanitários suficientes para todos.

É importante ressaltar, que ao longo da década de 2000, a ação do Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis, estava voltada, fundamentalmente, para a fiscalização das frentes de trabalho terceirizadas e da resolução dos problemas referentes ao descumprimento da legislação trabalhista e das cláusulas do acordo coletivo de trabalho pelas empreiteiras.

Segundo a coordenadora da gestão da informação da usina Ester, a terceirização dos trabalhadores rurais trazia muitas vantagens para a empresa: em primeiro lugar, esta prática isentava a usina de arcar com os gastos fixos do funcionário, bem como com os

prejuízos gerados pelas faltas injustificadas, ausências pela apresentação de atestados médicos, afastamentos por motivo de saúde ou acidente de trabalho e suspensões; em segundo lugar, os empreiteiros tinham condições, pelo fato de terem maior contato com os trabalhadores, de selecionar os cortadores de cana mais produtivos, os quais, pela proximidade com o empreiteiro, eram mais suscetíveis às exigências por produtividade dos fiscais de turma; em terceiro lugar, a coordenadora afirma que não era possível exigir tanto em termos de produtividade dos trabalhadores efetivos da usina, já que havia uma maior pressão sindical para que isso não acontecesse com relação estes funcionários.

Em 2005, o Ministério Público do Trabalho assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com as usinas do Estado de São Paulo determinando o fim da prática da terceirização da força de trabalho empregada no corte manual da cana tendo em vista o grande número de irregularidades trabalhistas cometidas pelas empreiteiras e o fato de que o corte da cana é entendido como uma atividade fim da usinas, o que impossibilita a terceirização. Em cumprimento ao TAC, desde 2009, não há mais cortadores de cana terceirizados na usina Ester. Mesmo durante o período da safra, os trabalhadores são contratados diretamente pela usina.

Como podemos ver, ao terceirizar a contratação da força de trabalho, a usina possuía como únicos objetivos a redução dos custos de produção e o aumento da produtividade do trabalho. Ao trabalhador, era negado o acesso a direitos trabalhistas e sociais básicos. Ainda segundo informações concedidas pela entrevista com a funcionária da usina, a terceirização, de fato, precarizava as condições de trabalho no corte de cana. Dentre as irregularidades praticadas pelas empresas contratadas pela usina, estavam: alojamentos sem condições mínimas de moradia; ônibus de transporte de trabalhadores sem documentação e sem licença para a realização desta atividade; não recolhimento de FGTS para os trabalhadores. A funcionária ainda ressaltou que as rescisões contratuais dos trabalhadores só puderam ser realizadas porque a usina reteve parte do pagamento devido às empresas de terceirização, fazendo com que houvesse recursos disponíveis para tal.

Com relação à duração dos contratos de trabalho, a utilização dos contratos por prazo determinado também faz parte da estratégia colocada em prática pelas usinas, com a reestruturação produtiva, para diminuir os custos de produção. Muitos trabalhadores, mesmo trabalhando praticamente durante o ano todo para a usina ao longo de vários anos consecutivos, são contratados duas vezes dentro do mesmo ano. Primeiramente, faz-se o

contrato para o período da safra, que dura, em média, entre 6 e 10 meses. Ao terminar a safra, os trabalhadores são contratados novamente por mais 2 ou 3 meses para as atividades de plantio da cana e tratamentos culturais, fazendo o chamado “contratinho”.

Falaremos agora da forma como estes trabalhadores são remunerados: o pagamento por produção, o qual pode ser considerado um dos principais fatores de precariedade das condições de trabalho no corte da cana. A necessidade de controlar a sua própria produção a fim de evitar perdas nos salários é uma reivindicação histórica dos cortadores de cana, tal demanda sempre se constituiu como um ponto de conflito entre patrões e empregados do setor canavieiro, sendo as greves de canavieiros na década de 80⁶, no interior paulista, as expressões mais exemplares deste conflito.

Nos canaviais, os trabalhadores são remunerados pela quantidade de cana cortada durante a jornada de trabalho. Em grande parte das usinas, e também na usina Ester, o pagamento é feito semanalmente, isto é, o valor recebido pelos trabalhadores corresponde à soma da cana cortada durante toda a semana. A grande polêmica que envolve o pagamento por produção possui dois aspectos. O primeiro deles diz respeito à forma como a produção dos trabalhadores é contabilizada e o segundo à lógica perversa que está por trás da combinação entre baixos salários e o emprego de uma força de trabalho extremamente pauperizada.

Com relação à contabilização da produção, o processo se dá da seguinte maneira: terminado o dia de trabalho, os trabalhadores deixam os canaviais e entram em cena os fiscais das usinas responsáveis por medirem a quantidade de metros de cana cortados por cada trabalhador. Após a medição, toda a cana cortada é levada em caminhões para a balança da usina, onde é feita sua pesagem e estabelecido o seu rendimento, isto é, quantas toneladas ou quilos de cana estão contidos em um metro. De posse do rendimento da cana por metro, é possível saber quantas toneladas de cana cada trabalhador cortou; o número de toneladas é multiplicado pelo preço da tonelada, encontrando-se assim o valor que será pago ao trabalhador.

Como é possível perceber, o trabalhador não se encontra presente em nenhuma das fases do processo de aferição de sua produção. Tanto os critérios para a realização deste processo quanto a sua operacionalização são definidos e efetivados pela usina. Assim, o trabalhador só chega a conhecer o valor que lhe será pago pelo dia de trabalho

⁶ Sobre as greves, ver Alves (2006), Coletti (1998).

dias depois ou mesmo só no final da semana quando recebe o demonstrativo de pagamento. Desta maneira, a credibilidade deste processo é colocada em questão na medida em que o trabalhador não possui nenhum controle tanto sobre a quantidade de metros que cortou, uma vez que esta mediação é feita pelos fiscais da usina após o trabalho, quanto sobre o peso da cana, pois este só é conhecido na balança da usina.

Como já observado acima, a falta de clareza no procedimento de aferição da produção dos cortadores de cana, que está sujeito apenas ao controle dos empregadores, sempre foi uma constante em sua pauta de reivindicações. Um dos principais exemplos da luta por um maior controle do processo de trabalho é o caso dos cortadores de cana da cidade de Cosmópolis. No final da década de 90, um grupo de trabalhadores da cidade, insatisfeitos com os valores que vinham recebendo da usina Ester, passaram a questionar o rendimento da cana (quantidade de toneladas por metro) que era apresentado pela mesma. Após negociação entre representantes da usina e o Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis, ameaça de greve e paralisações durante a jornada de trabalho, os trabalhadores conseguiram que sua reivindicação fosse atendida: pesar a cana de toda a *quadra*⁷ para descobrir se de fato ela apresentava o peso informado pela usina⁸. A pesagem feita naquele momento comprovou que o peso apresentado pela usina era mais baixo do que o peso real da cana.

A partir de então, a aferição da produção dos cortadores de cana de Cosmópolis passou a ser feita pelo sistema de *Quadra Fechada*. Em linhas gerais, este sistema funciona da seguinte maneira: o rendimento da cana, a partir do qual o salário dos trabalhadores é calculado, só é fixado após a pesagem da cana de toda a quadra e não mais a partir da pesagem de amostras. A pesagem da cana passou a ser controlada pelo sindicato, o qual instalou um computador na balança da usina, que é operado por um funcionário do próprio sindicato, para conferir os pesos dos caminhões que trazem a cana cortada pelos trabalhadores e comparar com os valores apresentados pela usina.

⁷ *Quadra* ou *talhão* é o nome que se dá a um determinado espaço plantado com cana.

⁸ A grande maioria das usinas, para calcular os salários dos trabalhadores, utiliza um sistema denominado *Campeão*. Para encontrar o rendimento da cana por metro, as usinas enviam um caminhão, o “campeão”, até o canal para ser carregado com três amostras de cana de uma determinada quadra; essas amostras são levadas para a balança da usina e pesadas. A partir do peso destas amostras, é que se estabelece o rendimento da cana e se calcula o salário do trabalhador. Entretanto, tornou-se uma prática constante das usinas escolher como amostra pontos da quadra que contenham canas mais fracas e de menor peso, o que rebaixa o salário dos trabalhadores. Já no sistema de *Quadra Fechada*, pesa-se a cana de toda a quadra e não apenas dos pontos em que ela é mais fraca. Antes da reivindicação dos trabalhadores, a usina de Cosmópolis se utilizava do primeiro sistema.

Ao mesmo tempo em que este sistema confere uma maior objetividade ao processo de aferição da produção, dificultando que os trabalhadores sejam lesados no momento em que são remunerados pelo trabalho realizado, ele não confere a estes uma autonomia efetiva no controle do processo de trabalho, uma vez que continuam a conviver com a insegurança de não saber previamente o valor que irão receber por um dia de trabalho e de receberem uma remuneração sujeita à grandes variações na medida em que esta sempre depende do desempenho físico do trabalhador. Além disso, todo o processo de controle é centralizado pelo sindicato, processo este que envolve o conhecimento e o manuseio de recursos de informática e de matemática inacessíveis aos trabalhadores analfabetos e semi-analfabetos que são maioria na atividade do corte de cana.

Soma-se a estas limitações outra questão: a introdução de mecanismos para o controle da produção nos canaviais, que permitam evitar as fraudes cometidas pelas usinas nos salários dos trabalhadores, não elimina os problemas em torno desta forma de pagamento. Falamos aqui do segundo aspecto elencado anteriormente que envolve o pagamento por produção. A força de trabalho empregada nos canaviais paulistas é composta majoritariamente por trabalhadores migrantes e ex-migrantes das regiões mais pobres do país que vive em condições de acentuada pobreza. A migração para o corte de cana se apresenta a estes trabalhadores como uma das poucas possibilidades de emprego e, por tanto, de renda. Na grande maioria dos casos, o dinheiro obtido durante a safra da cana constitui-se como a única renda que irá sustentar o trabalhador e sua família durante todo o ano.

Assim, ao chegar para o trabalho no corte da cana, o trabalhador se vê, portanto, diante de um impasse: de um lado, está a necessidade de renda e, de outro, o baixo valor pago pela tonelada de cana cortada. Tal impasse é resolvido pelo salário por produção, o qual encarna, à primeira vista, uma equação muito simples de ser resolvida: apesar do pouco que se paga pela tonelada cortada de cana, o trabalho nos canaviais é remunerado pela produção individual de cada trabalhador, ou seja, para aumentar o salário basta apenas aumentar a sua produção.

Neste modelo, o trabalhador aparece como sendo o principal responsável pelo salário que recebe. Se trabalhar mais e, conseqüentemente, produzir mais, o salário será maior. Não é difícil imaginar as conseqüências nefastas deste esquema para os trabalhadores. O Ministério Público do Trabalho, a partir de dados fornecidos, sobretudo

pela Pastoral dos Migrantes, investiga as causas de mortes de cortadores de cana no interior paulista, as quais vem ocorrendo desde 2004, sob suspeita de que teriam sido causadas pelo excesso de trabalho⁹. De fato, quando observamos os números referentes à quantidade de toneladas de cana cortada por cada trabalhador, constatamos que estes trabalham até o limite de suas forças físicas almejando o aumento de sua produtividade, já que, dessa forma, podem aumentar sua remuneração¹⁰.

As prováveis mortes por exaustão, os constantes acidentes de trabalho, o surgimento de doenças ocupacionais, as frequentes dores no corpo e o cansaço excessivo são o resultado do um ritmo intenso de trabalho nos canaviais. Desta forma, o salário por produção reforça ainda mais a exploração do trabalhador pelo capital, uma vez que por meio desta específica forma de remuneração a produtividade da força de trabalho aumenta sem a necessidade de técnicas elaboradas e custosas de gestão e organização do trabalho.

O método vigente de aferição da produção, portanto, não é transparente, carrega ambigüidades e aprofunda a situação de insegurança e instabilidade financeira do trabalhador. Acreditamos, portanto, que a remuneração por produção, pela sua própria lógica interna de funcionamento, ou seja, pela necessidade de que se contabilize a quantidade que cada trabalhador produziu no dia ao invés de remunerá-lo pelas horas trabalhadas, favorece a existência deste sistema ambíguo. Tal processo ocorre centralizado no interior das usinas e mesmo que não o fosse não seria possível que cada trabalhador, todos os dias, pesasse individualmente sua produção e repassasse o peso da cana para a usina. O salário por produção exige, para ser colocado em funcionamento, uma série de mecanismos que escapam por completo ao controle do trabalhador.

Mesmo em Cosmópolis, onde existe o sistema de *Quadra Fechada*, os trabalhadores não deixam de ser lesados em seus salários. Durante a pesquisa de campo realizada no primeiro semestre deste ano, nos deparamos com a seguinte situação: a cana

⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região de Campinas. Expediente Administrativo (EA) nº 24322/2006-08, Objeto: Meio ambiente do Trabalho no Corte da Cana-de-açúcar, Núcleo: Proteção à Saúde e Segurança do Trabalhador, Data autuação: 11/01/2006, 15 volumes.

¹⁰ De acordo com Alves (2006), na década de 1950, a produção de cada trabalhador no corte manual da cana era de 3 toneladas de cana por dia; na década de 1980, este número avança para 6 toneladas de cana cortada por dia; no final da década de 1990 em diante, a produtividade de um cortador de cana atingiu a quantidade de 12 toneladas de cana diárias. Segundo Silva (2006), a partir de 2004, a média de cana cortada por cada trabalhador durante um dia já estaria em 15 toneladas.

das quadras cortadas pelos trabalhadores permanecia dias, até mesmo semanas, no canavial esperando os caminhões para levá-la até à usina e fazer a pesagem. Entretanto, após permanecer um longo período de tempo exposta ao sol e à chuva, a cana perde peso, diminuindo o seu rendimento (toneladas/metro) e rebaixando os salários dos trabalhadores.

Outra situação encontrada e relatada por todos os trabalhadores entrevistados foi a deterioração ainda maior das condições de trabalho com a intensificação da mecanização da colheita na usina Ester. Com o aumento do número de máquinas, os trabalhadores afirmaram que passaram a trabalhar nos piores terrenos (encostas, terras alagadas etc), onde a produtividade é muito pequena, diminuindo os salários. As melhores áreas, mais planas e com canas mais eretas são destinadas ao corte mecanizado (Alves, 2008). Além disso, tornou-se recorrente, segundo os trabalhadores, a falta de cana para cortar.

Assim, muitas vezes, os trabalhadores se dirigem para os locais de trabalho e passam grande parte do tempo esperando os fiscais de turma encontrarem locais para a realização do corte, sendo necessário, em alguns casos, a transferência dos trabalhadores para outras fazendas em que haja cana destinada para o corte manual. No início desta safra de 2011, quase todos os trabalhadores afirmaram estar recebendo apenas o valor mínimo da diária, o qual corresponde, em um mês, ao piso salarial da categoria, que, de acordo com o último acordo coletivo, está em torno de R\$ 622, 84.

5. A atuação do Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis frente ao processo de deterioração das condições de trabalho e organização sindical dos cortadores de cana

Ao longo da década de 2000, o setor sucroalcooleiro no Brasil experimentou uma nova fase de expansão, puxada principalmente pelo interesse do governo Lula em tornar o etanol o principal substituto dos combustíveis derivados de petróleo. Para tanto, o referido governo atuou em duas frentes: de um lado, direcionou os recursos do BNDES para o financiamento do crescimento do setor através de empréstimos com baixas taxas de juros e prazos de carências diferenciados; por outro lado, o governo procurou atuar na regulamentação das relações de trabalho rurais, uma vez que o não cumprimento dos direitos trabalhistas pelos usineiros, bem como as inúmeras denúncias de condições de trabalho precário contrariavam as exigências do mercado externo para a compra do etanol brasileiro. Para tanto, o governo celebrou no ano de 2009, em conjunto com os

representantes do patronato e dos trabalhadores, o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”.

Entretanto, como demonstra o estudo de caso dos trabalhadores de Cosmópolis, a atual fase de dinamismo do setor não tem contemplado os trabalhadores rurais do corte da cana, cujas condições de trabalho e de ação sindical sofreram uma piora nos últimos anos em virtude do aumento do desemprego e das novas exigências impostas pela mecanização da colheita: aumento da produtividade individual do trabalhador para que este se mantenha empregado; diminuição dos salários devido à falta de cana para cortar; aumento da dificuldade do trabalho, já que os trabalhadores passaram a trabalhar nos piores terrenos, aonde a máquina não chega; perda do poder de pressão sindical dos trabalhadores; e o não cumprimento de conquistas já garantidas no acordo coletivo de trabalho, como não oferecimento das condições necessárias para o correto funcionamento do sistema de Quadra Fechada.

Diante deste contexto, aumentaram as dificuldades para a organização e mobilização sindical dos assalariados rurais. De acordo com as entrevistas realizadas junto aos cortadores de cana, a diminuição no número de turmas fez com que muitos trabalhadores migrantes vindos do Estado de Minas Gerais e da região Nordeste não encontrassem mais vagas nas turmas remanescentes, obrigando estes trabalhadores a voltarem para as regiões de origem ou então se deslocarem para outros estados, como Mato Grosso e Goiás. Segundo as lideranças do sindicato de Cosmópolis, o medo do desemprego tem dificultado ainda mais a organização dos trabalhadores, o que levou o sindicato a adotar uma postura defensiva nas negociações com a usina nos últimos anos, a qual teve como objetivo a luta pela manutenção das conquistas já garantidas em anos anteriores. Com relação aos reajustes salariais, as lideranças afirmaram que só foi possível negociar a reposição da inflação.

Entretanto, diferentemente das campanhas salariais de 2009 e 2010, neste ano, o sindicato de Cosmópolis lançou mão de uma nova estratégia: representar motoristas, tratoristas e operadores de máquinas, ou seja, a categoria de trabalhadores que mais cresceu com o processo de mecanização. Esta estratégia, de representar os empregados rurais como um todo, já havia sido pensada pelo movimento sindical rural na década de 1980 quando, em resposta às greves de assalariados rurais daquele período, as usinas intensificaram a mecanização da colheita da cana para reduzir o poder de barganha dos trabalhadores canavieiros.

As negociações foram realizadas em separado, assim foi negociado um acordo para os trabalhadores rurais do corte, plantio e tratos culturais da cana e outro para os motoristas, operadores de máquinas e tratoristas. De acordo com as lideranças, a longo prazo, quando a representação desta outra parte da categoria de empregados rurais estiver fortalecida, será possível a realização de um único acordo para todos os trabalhadores envolvidos em atividades rurais dentro do setor da agroindústria canavieira. Ao organizar tanto os trabalhadores ocupados no corte manual quanto no corte mecanizado, o sindicato pretende resgatar em parte o poder de barganha que possuía quando a usina empregava um grande número de cortadores de cana na safra, a qual poderia se interrompida em caso de greve destes trabalhadores.

Sobre esta estratégia, elaboramos a hipótese de que o processo de consolidação da representação dos trabalhadores envolvidos com o corte mecanizado e com o transporte da cana parece impor determinados desafios à ação do SER - Cosmópolis. A partir da observação das assembleias realizadas com os motoristas, operadores de máquina e tratoristas e da realização de entrevistas junto aos cortadores de cana, notamos que um deles é a construção da unidade e de laços de solidariedade entre estes trabalhadores, os quais, em virtude das diferentes condições de trabalho, não se percebem como iguais; o que se nota é a existência de uma relação de hierarquia entre estes trabalhadores.

O distanciamento entre os trabalhadores parece ter se acentuado ainda mais devido à forma como esta estratégia foi colocada em prática. A partir dos dados da pesquisa de campo, constatamos que não houve uma discussão coletiva com os trabalhadores do corte manual sobre escolha desta estratégia, bem quais seriam suas implicações. Segundo as entrevistas realizadas, a totalidade dos trabalhadores entrevistados afirmou que nesta safra o sindicato estava ausente dos locais de trabalho e com pouca disponibilidade para resolver as demandas dos trabalhadores e que, em nenhum momento, estes haviam sido informados das razões desta ausência. De outro lado, as próprias lideranças sindicais reconheceram que a representação do novo conjunto de trabalhadores se tornou o foco da atividade sindical este ano e que a entidade, de fato, não esteve tão próxima dos trabalhadores canavieiros como nos anos anteriores.

6. Referências e fontes

ALVES, F. J. C.; NOVAES, J. R.; RICCI, R. Mercado de Trabalho do Setor Sucro-Alcooleiro no Brasil. **Estudos de Política Agrícola**, volume nº 15, Projeto BRA/91/014, IPEA/PNUD. Brasília, abril de 1994.

ALVES, F. J. C. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, set./dez., pp. 90-98, 2006. Disponível em: << <http://www.scielo.br/> >>. Acessado em: 01, jul., 2008.

ALVES, F. J. C. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: ALVES, F. (org.); NOVAES, J. R. (org.). **Migrantes** – trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ALVES, F. J. C. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polemica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: Silva, M. A. M. (org.); ALVES, F. J. C. (org.); PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis solução?** A vida por um fio no eito dos canaviais. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, Serviço Pastoral dos Migrante, 2008.

BNDES. **O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro**. Rio de Janeiro, n. 28, set., pp. 3-36, 2008. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Biocombustiveis/200809_set2801.html. Acessado em: 13/abr./2011.

_____. **Setor sucroenergético: o desempenho do BNDES no último triênio da década**. Rio de Janeiro, n. 21, mai., 2011. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Agroindustria/201105_informe21.html. Acessado em: 13/abr./2011.

BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

IBASE – PLATAFORMA BNDES (Org.). **Impactos da indústria canvieira no Brasil** – Poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, risco para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente à saúde de trabalhadores. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: www.plataformabndes.org.br/index.php/PT/biblioteca/cat_view/53-biblioteca. Acessado em: 13/abr./2011.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARTINS, J. S. Migrações temporárias: problemas para quem? **Travessia**, São Paulo, n. 1, mai./ago., pp. 5-8, 1988.

MENEZES, M. Ap. de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUF, 2002.

MENEZES, M. Ap. de; SATURNINO, M. As migrações sazonais do sertão paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo. In: ALVES, F. (org.); NOVAES, J. R. (org.). **Migrantes – trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

MILANO, M. T. **Reestruturação do Complexo Agroindustrial e Novas Ações Sindicais: análise da luta dos assalariados rurais da Região de Ribeirão Preto/SP (1984-2008)**. Anais do 34º Encontro Anual da Anpocs, de 25 a 29 de outubro de 2010, em Caxambu/MG.

RICCI, R. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NOVAES, J. R. P. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: ALVES, F. (org.); NOVAES, J. R. (org.). **Migrantes – trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

SCOPINHO, R. AP. Controle social do trabalho no setor sucroalcooleiro: reflexões sobre o comportamento das empresas, do Estado e dos movimentos sociais organizados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 7, dez., 2004. Disponível em: << <http://www.scielo.br/> >>. Acessado em: 21, jun., 2011.

SILVA, M. A. M. Como “expulsar o camponês” do proletário. **Travessia**, São Paulo, n. 8, set./dez., pp. 5-11, 1990.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, p. 107-35, 1999.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, São Paulo, v. 33, n. 2, ago./dez., pp.111-114, 2006.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e rio de álcool”. In: ALVES, F. (org.); NOVAES, J. R. (org.). **Migrantes – trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

TAVARES, M. A.; LIMA, R. O. T. de. A “liberdade” do trabalho e as armadilhas do salário por peça. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, pp. 170-177, jul./dez., 2009. Disponível em: << <http://www.scielo.br/> >>. Acessado em: 21, jun., 2011.

UNICA. **Produção de cana-de-açúcar do Brasil**. Disponível em: <<<http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica>>>. Acessado em: 29, mar., 2011.

USINA AÇUCAREIRA ESTER S.A. **Notícias Ester**. Ano V, nº 12, dez., 2009.

Entrevistas:

10 trabalhadores rurais da usina Ester;

2 sindicalistas do Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis;

1 funcionária da usina Ester do setor de coordenação da gestão da informação.

Documentos sindicais:

Acordos Coletivos de Trabalho dos anos de 1999 a 2010 assinados entre o Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis e a Usina Açucareira Ester S/A.